

Obrigação de apresentar proposta de acordo   do devedor, decide STJ

08/04/2025

O credor que comparece   audiência para negociar o superendividamento de cliente, mesmo que não proponha acordo, não está sujeito às sanções previstas no [artigo 104-A, parágrafo 2 , do Código de Defesa do Consumidor](#), de acordo com o entendimento da 3  Turma do Superior Tribunal de Justiça.

Para o colegiado, apesar de a audiência pré-processual ser regida pelos princípios da coopera o e da solidariedade, a obriga o de apresenta o de proposta   do devedor.

Com esse entendimento, a turma, por maioria de votos, deu provimento ao recurso especial de um banco que compareceu ao ato de concilia o, mas não ofereceu uma proposta concreta de repactua o da d vida.

Nas instâncias ordinárias, a institui o financeira sofreu as penalidades previstas no CDC para as hipóteses de ausência injustificada dos credores   audiência.

Ainda no juízo de primeiro grau, foi determinada, entre outras medidas, a suspensão da exigibilidade do débito, a interrup o dos encargos de mora e a sujei o compulsória do credor ao plano de pagamento da d vida.

Ao manter a decisão, o [Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul](#) considerou que a negativa de proposta de acordo equivaleria ao não comparecimento   audiência.

Em recurso especial, o banco alegou que a sua presença no ato   suficiente para afastar as penalidades previstas no CDC, independentemente da apresenta o ou não da proposta de repactua o de d vida.

Plano de pagamento

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, relator do processo, lembrou que as disposi es legais sobre a supera o do superendividamento estão baseadas na manuten o do mínimo existencial e nos princípios da dignidade da pessoa humana, da coopera o e da solidariedade.

No âmbito processual, apontou, isso se reflete na ênfase dada aos modelos autocompositivos de soluço de litígios. Ainda que esses princípios também orientem a fase pré-processual, prosseguiu o magistrado,   o consumidor que tem o  nus da iniciativa conciliatória, devendo apresentar a proposta de plano de pagamento.

Segundo o relator, a consequência para a falta de acordo   a submissão — a depender de iniciativa do consumidor — do negócio não alcançado pelo acordo   fase judicial, na qual haverá a revisão do contrato e a repactua o compulsória do débito.

“Como   ônus do devedor a apresenta o de proposta conciliatória, ela não pode ser exigida dos credores e, como a consequência da falta de acordo   a eventual submissão do contrato   revisão e   repactua o compulsórias, não há respaldo legal para a aplica o analógica das penalidades do art. 104-A, parágrafo 2 , do CDC”, destacou Villas Bôas Cueva.

Sanções previstas

Em uma eventual fase judicial, o ministro explicou que   possível a ado o — inclusive de ofício e em caráter exclusivamente cautelar — das medidas previstas no artigo 104-A, parágrafo 2 , do CDC, como a suspensão da





exigibilidade do débito e a interrupção dos encargos da mora, ao menos até a definição quanto à revisão e à integração dos contratos e à repactuação das dívidas.

“No caso, a aplicação das consequências do artigo 104-A, parágrafo 2º, do CDC ao credor que compareceu à audiência com advogado com plenos poderes para transigir, apenas por não ter apresentado proposta de acordo, sem serem identificados motivos de ordem cautelar, não tem amparo normativo e deve, assim, ser afastada”, concluiu o relator ao dar provimento ao recurso do banco.

O escritório **Opice Blum Advogados** representou a instituição financeira na causa. *Com informações da assessoria de imprensa do STJ.*

Clique [aqui](#) para ver o acórdão
Processo 2.191.259

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-abr-08/obrigacao-de-apresentar-proposta-de-acordo-e-do-devedor-decide-stj-2/>